

## A aflição de Cabral

○ homem mais pressionado do Brasil é, hoje, o deputado Bernardo Cabral, relator-geral da Comissão de Sistematização. Cabral sofre pressões da esquerda, da direita, do centro, de civis, de militares, de eclesiásticos, de minorias. De tal forma que seu projeto ainda ontem sofria alterações de última hora. O senador Virgílio Távora, que tem acompanhado as aflições do parlamentar amazonense, comentava, ontem: "Ele vai direto para o céu. Não passa nem pelo purgatório".

Anteontem, o relator-geral da Comissão de Sistematização foi chamado ao Palácio pelo Presidente da República e por pouco, muito pouco, não retirou a proposta de modelo parlamentarista do professor Afonso Arinos, que já havia adotado. Além da forma de governo, ele tem muitas outras razões para dor de cabeça, principalmente a ampliação da anistia e a chamada imissão de posse para agilizar a reforma agrária.

O Governo, como anunciou o deputado Prisco Viana, está preocupado com diferentes disposições do projeto Bernardo Cabral, principalmente o sistema tributário, acusado de esvaziar a União de recursos numa hora de crise, certos setores da Ordem Econômica e o chamado Sistema de Seguridade Social criado pelo Capítulo da Ordem Social.

O Palácio do Planalto pretende apresentar um conjunto de emendas no arcabouço do projeto como resultado de uma visão global da nova Constituição. "O Presidente não está se omitindo. Pelo contrário, ele acompanha o trabalho de elaboração constitucional passo a passo e está disposto a influir na definição de suas linhas fundamentais", afirma Prisco.

No caso da anistia, Bernardo Cabral teve de negociar com os ministros militares, adotando, até recentemente, a fórmula concebida pelo senador José Agripino Maia. A proposta objetiva atender principalmente praças punidos por atos disciplinares, principalmente na jurisdição do Ministério da Marinha — mas havia resistências, até ontem.

Quanto à fórmula de assegurar a imissão de posse ao Estado (Incrá), mediante processo sumário, os setores representativos dos interesses de proprietários de terras continuavam dispostos a derrubá-la. O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, dizia, na ante-sala do Gabinete do líder do Governo, Carlos Sant'Anna: "Vamos derrubar a imissão de posse. Ganhamos a primeira batalha, vamos ganhar a segunda. Não se tenha dúvida".

Outro ponto que é objeto de grande controvérsia é a proposta de parlamentarismo, inspirada em fórmula do professor e senador Afonso Arinos. O presidente José Sarney, que defendia o parlamentarismo quando parlamentar, transformou-se em convicto presidencialista desde que assumiu a Presidência da República.

"Ele acha que o parlamentarismo vai ser uma fonte de crises institucionais. O País não se acha preparado para praticar sistema tão sofisticado de governo. Não tem partidos e nem uma burocracia estável formada à base do sistema de mérito", dizia-nos o deputado Prisco Viana, depois de uma longa conversa que teve com o Presidente da República, a respeito do movimento parlamentarista.

As lideranças envolvidas no movimento em favor da implantação do parlamentarismo estão articulando uma união das várias vertentes. Querem unir as correntes que seguem o líder do PMDB na Câmara, Luís Henrique, a facção do PFL, a que gravita em torno do senador Nelson Carneiro, presidente da Frente Parlamentarista, a gaúcha, além de articularem um encontro do senador Nelson Carneiro e o deputado Egídio Ferreira Lima com o senador Afonso Arinos.

Ao mesmo tempo, o senador Afonso Arinos oferece, amanhã, almoço aos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica, general Leônidas Pires Gonçalves, almirante Henrique Saboya e brigadeiro Moreira Lima. A idéia é mostrar aos ministros militares que o parlamentarismo não conduzirá o País para o estado de desordem e anarquia, mas, pelo contrário, dará estabilidade às nossas instituições políticas.